

A QUESTÃO AGRÁRIA E A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM ARAPONGA-MG: UM OLHAR A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA

LA CUESTIÓN AGRARIA Y LA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA EN ARAPONGA-MG: UNA MIRADA DESDE LA ECONOMÍA POLÍTICA

THE AGRARIAN QUESTION AND THE PEASANT FAMILY FARMING IN ARAPONGA-MG: A PERSPECTIVE FROM POLITICAL ECONOMY

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.70581>

Marcio Gomes da Silva¹

Gustavo Soares Iorio²

Eugenio Alvarenga Ferrari³

Resumo: O objetivo é analisar a questão agrária e as características da agricultura familiar camponesa em Araponga-MG. Que relações sociais permitem que essa agricultura mantenha sua condição camponesa que resistem aos padrões hegemônicos de produção da agricultura industrial capitalista? Orientados pela crítica da economia política, utilizou-se revisão de literatura sobre a Zona da Mata e o município de Araponga-MG e pesquisa bibliográfica sobre questão agrária e agricultura familiar camponesa. A autonomia, a centralidade do trabalho familiar e a reprodução social baseada na reciprocidade e cooperação constituem resistência ativa à lógica de mercantilização total imposta pela modernização.

Palavras-chave: Camponês. Agricultura camponesa. Economia política. Questão agrária. Modernização.

Resumen: El objetivo es analizar la cuestión agraria y las características de la agricultura familiar campesina en Araponga-MG. ¿Qué relaciones sociales permiten que esta agricultura mantenga su condición campesina y resista los patrones hegemónicos de producción de la agricultura industrial capitalista? Guiados por la crítica de la economía política, se utilizó una revisión de la literatura sobre la zona de la mata y el municipio de Araponga-MG, así como investigación bibliográfica sobre la cuestión agraria y la agricultura familiar campesina. La autonomía, la centralidad del trabajo familiar y la reproducción social basada en la reciprocidad y la cooperación constituyen una resistencia activa a la lógica de mercantilización total impuesta por la modernización.

Palabras clave: Campesino. Agricultura campesina. Economía política. Cuestión agraria. Modernización.

Abstract: The objective is to analyze the agrarian question and the characteristics of peasant family farming in Araponga-MG. What social relations allow this type of agriculture to maintain its peasant condition and resist the hegemonic production patterns of capitalist industrial agriculture? Guided by the critique of political economy, a literature review was conducted on the Zona da Mata region and the municipality of Araponga-MG, along with bibliographical research on the agrarian question and peasant family farming. Autonomy, the centrality of family labor, and social reproduction based on reciprocity and cooperation constitute active resistance to the logic of total commodification imposed by modernization.

Keywords: Peasant. Peasant agriculture. Political economy. Agrarian question. Modernization.

Introdução

Este artigo tem por objetivo contextualizar a questão agrária e as características da agricultura familiar camponesa em Araponga, município de 8048 habitantes, dos quais 63% vivem no campo, localizado na mesorregião da zona da mata em Minas Gerais. Trata-se de uma área historicamente marcada pela predominância da agricultura familiar camponesa, mas que, nas últimas décadas, passou por transformações profundas que ressignificaram a questão agrária local. Mesmo assim, o município ainda mantém características predominantemente rurais, com forte presença de uma agricultura familiar camponesa (Ferrari, 2010).

Ao nos referirmos à condição camponesa, estamos tratando de um conjunto de relações sociais que envolvem o modo camponês de viver e fazer agricultura em diferentes aspectos. Esse tipo de agricultura, segundo Ploeg (2008), está fundado principalmente em: a) uma base de recursos limitada, o que leva ao estabelecimento de diferentes estratégias por parte dos camponeses para chegar a melhores resultados a partir dos recursos disponíveis; b) o trabalho é a centralidade em detrimento aos objetos de trabalho; c) os recursos materiais são de posse dos que estão diretamente relacionados aos processos de trabalho; d) a produção é relativamente autônoma, pois permite não apenas a produção de mercadorias, mas a própria manutenção da unidade produtiva (Ploeg, 2008).

Compreender como se conforma a questão agrária e a dinâmica socioeconômica da agricultura familiar camponesa no município de Araponga-MG fornece elementos analíticos para responder a seguinte questão: Que relações sociais permitem que essa agricultura mantenha sua condição camponesa que resiste aos padrões hegemônicos de produção da agricultura industrial capitalista? Para tanto, orientados pela crítica da economia política, realizou-se uma contextualização histórica da zona da mata e do município, ressaltando a importância da agricultura familiar camponesa e suas características, bem como a incidência de políticas públicas voltadas para os processos de modernização da agricultura. Utilizou-se como procedimento metodológico uma revisão de literatura de estudos relacionados à zona da mata e ao município de Araponga-MG. Ainda como procedimento metodológico fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre questão agrária e campesinato sob a ótica marxista, bem como a discussão sobre agricultura familiar camponesa e as características sociais, culturais e econômicas desse tipo de agricultura, por meio do levantamento de dados secundário.

O artigo está assim organizado. Na primeira seção, apresenta-se o debate teórico sobre a condição camponesa e o modo camponês de se fazer agricultura. Na seção seguinte procurou-se apresentar os traços empíricos acerca das características do espaço agrário em Araponga, evidenciando a permanência da agricultura familiar camponesa. Na terceira seção aborda-se o contexto histórico e agrário da parte central da zona da mata mineira e as especificidades do município de Araponga-MG. Por fim, as considerações sobre os sentidos contemporâneos da questão agrária no município, em que a autonomia, a centralidade do trabalho familiar e a reprodução social baseada na reciprocidade e cooperação constituem resistência ativa à lógica de mercantilização total imposta pela modernização.

A condição camponesa e o modo camponês de se fazer agricultura

A discussão do campesinato teve um longo percurso no pensamento social agrário dentro do marxismo. Guzmán e Molina (2013), ao tratar do debate clássico do campesinato no marxismo, afirmam ter uma perspectiva elaborada pela incompreensão dos estudos de Marx, de que os camponeses seriam transformados em proletários, e que a grande propriedade absorveria a pequena propriedade, o que geraria um processo de proletarianização da massa de camponeses (Guzmán; Molina, 2013). Não é objetivo deste artigo adentrar as nuances deste debate. Todavia, cumpre destacar alguns pontos nodais. É bem verdade que Marx em seus escritos vez ou outra apontou como tendência a proliferação das relações capitalistas de produção sobre o setor agrícola. É bastante conhecida a passagem sobre agricultura e indústria no livro I de *O capital*, em que Marx (2013, p.572) diz:

É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome (sic) a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas.

Todavia, o próprio Marx no Livro III de *O capital* (2017) indica que a renda absoluta da terra, elemento inextricável para a própria sobrevivência da agricultura capitalista, só é possível graças a uma baixa taxa de composição do capital na agricultura, gerando um lucro extraordinário que é apropriado enquanto renda. Estes trechos, combinados, nos colocam diante de uma contradição; ao mesmo tempo em que as relações capitalistas de produção tendem a se difundir na agricultura, é necessário que persistam estabelecimentos rurais menos produtivos em termos de capital, mas, mais produtivos em termos de geração de mais-valia absoluta.

Esta contradição foi notada e elaborada teoricamente por Armando Bartra (2011), para o qual a propriedade camponesa no capitalismo dependente cumpre duas funções: i) impedir o monopólio da terra e com isso a formação de preços exorbitantes; ii) manter uma reserva de mão de obra. Além disso, em relação aos efeitos da manutenção da propriedade camponesa no capitalismo, ainda segundo Bartra (2011), dá-se uma transferência de valor constante ao ciclo geral de reprodução do capital. Ancorado nessa leitura que Bartra (2011) é categórico em afirmar que o campesinato enquanto classe não só persiste como cumpre função estrutural na reprodução do capitalismo como um todo.

Tendo em vista esse pressuposto teórico, podemos adentrar nas relações específicas desses “tipos” de agricultura, porém, situadas no contexto atual, não como resíduo histórico, mas como uma forma de se fazer agricultura que ainda permanece e resiste ao padrão hegemônico da agricultura capitalista. Outro aspecto teórico importante a destacarmos é que não se está tratando de um tipo idealizado de camponês, tendo em vista que “(...) a maioria dos grupos agrários hoje são constituídos por uma ‘mistura’ confusa e altamente diversificada de diferentes modos de fazer agricultura” (Ploeg, 2008, p.34).

Pressupõem-se que na relação histórica de interação com a natureza estabelecida por esse grupo social, a produção material da existência se coloca como necessidade prioritária. É a partir daí que a apropriação dos recursos naturais para a produção possuiu “(...) um valor de uso histórico e culturalmente dado, mediante o consumo de uma quantidade determinada de energia e materiais, e emprego de um saber e instrumentos de produção adequados” (Sevilla Guzmán, 2011, p.134).

Para Victor Toledo (1993), existe uma racionalidade ecológica na produção tradicional, incluindo a agricultura camponesa, em que essa forma de produção tende a utilizar de formas de apropriação dos recursos naturais que possuem uma perspectiva conservacionista, pelas características específicas desses tipos de agricultura. Tais características se referem ao seu alto grau de autossuficiência, na medida em que a produção de valores de uso, ou seja, os bens e produtos consumidos na propriedade pela família, são maiores que os valores de troca, ou seja, uma produção voltada exclusivamente para o mercado (Toledo, 1993).

A família camponesa também funciona como uma unidade de produção, consumo e reprodução, na qual a combinação da produção de valores de uso e valores de troca não se baseia, em última instância, na busca pelo lucro, mas na reprodução simples da unidade familiar camponesa. Para tanto, utiliza-se de uma estratégia de ‘múltiplos usos’, na qual mesmo sendo prioritário a produção agrícola, também estão presentes outras atividades econômicas como trabalhos sazonais, trabalho fora da unidade produtiva ou atividades de tempo parcial (Toledo, 1993).

Essas particularidades da racionalidade ecológica da agricultura camponesa, portanto, se vinculam às especificidades da economia camponesa, na qual “(...) a manutenção e reprodução do produtor e sua família está baseada mais nos produtos obtidos da natureza que nos produtos obtidos dos mercados. Em última instância, a produção camponesa é uma economia de subsistência” (Toledo, 1993, p. 208).

Isso significa dizer que, como sua reprodução social está mais vinculada aos intercâmbios ecológicos que estabelece no manejo dos agroecossistemas do que nos intercâmbios econômicos que estabelece no mercado capitalista, os camponeses são ‘obrigados’ a estabelecer mecanismos de ‘sobrevivência’ que passam, necessariamente, pela manutenção de um mínimo de recursos (fluxos de materiais e energia) que garantam a possibilidade de produções futuras. Nesse sentido:

(...) aqueles grupos camponeses que exploram os ecossistemas com recursos mais limitados (...) serão mais frágeis e vulneráveis aos intercâmbios econômicos, tecnológicos e culturais que aqueles que vivem em um meio ambiente rico em recurso (Toledo, 1993, p. 209).

Esse mecanismo de ‘defesa’ da reprodução social da família camponesa se torna contraditório com os processos de modernização da agricultura, uma vez que evita a especialização, mantendo múltiplos usos que garantam uma ‘proteção’ às variações de mercado ou mudanças climáticas que implicam na redução da produção na unidade familiar camponesa (Toledo, 1993).

A busca por um afastamento sistemático, estratégico e gradual dos mercados de insumos; a diversificação das fontes de renda e das formas de inserção profissional das famílias e de seus membros (inclusive através da pluriatividade); e a vinculação estrategicamente organizada aos mercados de produtos, são as estratégias de produção e reprodução da família camponesa destacadas por Ploeg (2006). É possível

compreender a condição camponesa a partir de suas características fundamentais, que de acordo com Ploeg (2008), são:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se caracteriza em (3) criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (Ploeg, 2008, p.40).

Ploeg (2008) propõe uma análise da agricultura, a partir de três grandes manifestações na sociedade atual: agricultura camponesa, agricultura de tipo empresarial e agricultura capitalista. A agricultura camponesa “se baseia fundamentalmente no uso sustentado do capital ecológico” (Ploeg, 2008, p.17), sendo a perspectiva de reprodução social da família e da unidade produtiva camponesa uma das principais orientações das práticas desenvolvidas. As características principais desse tipo de agricultura são a mão de obra fundamentalmente familiar e a produção de valor de uso voltada para a manutenção da unidade familiar e seu excedente direcionado ao mercado.

A agricultura de tipo empresarial é definida por estar essencialmente vinculada ao capital financeiro e industrial, especificamente sob a forma de crédito, insumos e tecnologias. O nível de especialização (e artificialização) nesse tipo de agricultura é elevado e completamente voltado ao mercado, colocando os agricultores empresariais dependentes dessas relações.

Já a agricultura capitalista “engloba uma rede bastante extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade, que utiliza mão de obra essencialmente, ou quase exclusivamente, baseada em trabalhadores assalariados” (Ploeg, 2008, p. 18). Para Ploeg (2008), as diferenças principais entre esses três tipos de agriculturas se referem à escala em que são aplicadas: assim, a agricultura camponesa representaria as unidades de produção pequenas e vulneráveis, cuja relevância é de importância secundária. No lado oposto, estaria a agricultura capitalista: vasta, forte e importante – pelo menos é essa a ideia que se generaliza a situação intermediária seria representada pela agricultura empresarial, está se movimentando na escala entre unidades pequenas e unidades grandes. Se os agricultores empresariais tiverem sucesso, eles poderão, tal como alguns defendem, atingir os níveis dos agricultores capitalistas – e é precisamente isso que alguns deles sonham alcançar (Ploeg, 2008, p. 18).

As concepções de agricultura apresentadas por Ploeg (2008) possuem interligações e, ao mesmo tempo, se apresentam de forma antagônica (contraditória). Ao se referir à agricultura camponesa, por exemplo, a centralidade é a construção de circuitos curtos de circulação de mercadorias, que conectam a produção e o consumo de alimentos. Enquanto na agricultura capitalista, a centralidade são empresas de processamento e comercialização de alimentos definidas como “Impérios Agroalimentares”, entendidas como “um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é

personificado por uma variedade de expressões: grupos de agronegócio, mecanismos estatais, modelos científicos etc.” (Ploeg, 2008, p.20).

Outra denominação desse tipo de agricultura que compõe as diretrizes das políticas públicas no Brasil é agricultura familiar. Trata-se de um conceito genérico que abarca uma diversidade de trabalhadores/as do campo e uma complexidade de relações sociais, culturais e econômicas. Nesse arcabouço, há diferentes processos sócio organizativos e sociopolíticos que envolvem ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e camponeses, ou seja, povos das matas e das águas que genericamente passaram a ser caracterizados como “agricultura familiar”. Essa diversidade engloba diferentes modos de vida, relações com a natureza e um vínculo visceral com os biomas específicos.

O que congrega essa diversidade de manifestações da agricultura familiar no Brasil é, portanto, a sua forma de produção, em que a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família (Silva, 2010). Wanderley (2004) sintetiza essas características sobre o que vem a ser agricultura familiar, ao afirmar que:

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam a lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (Wanderley, 2004, p. 45).

Existem relações de proximidade entre agricultura familiar e agricultura camponesa, principalmente no que se refere às dimensões do trabalho e da cultura. Consideramos essa relação expressa pelo conceito de “condição camponesa” e “modo camponês de se fazer agricultura” (Ploeg, 2008).

No caso específico de Araponga-MG partimos da conceituação de Ferrari (2010) que definiu como sendo uma agricultura familiar camponesa. A categoria “agricultura familiar” é ampla e heterogênea, abrangendo diferentes modos de produzir, viver e se relacionar com os mercados. Dentro desse universo, Ferrari (2010) identifica uma forma específica, a que denomina agricultura familiar camponesa, marcada pela busca de autonomia, pela centralidade do trabalho familiar e pela reprodução social baseada em valores de uso, reciprocidade e cooperação.

Diferentemente da agricultura familiar de tipo empresarial — altamente integrada ao capital financeiro, ao crédito e às cadeias agroindustriais — a agricultura camponesa mantém uma racionalidade distinta, voltada à reprodução da unidade produtiva e da família, e não à maximização do lucro. A agricultura familiar camponesa (Ferrari 2010) pode ser definida como:

- Um modo de produção e de vida em que a família é simultaneamente proprietária e trabalhadora, controlando os meios e o processo de produção;
- A produção combina valores de uso e valores de troca, priorizando a segurança alimentar e a sustentabilidade do grupo familiar; a base de recursos é autogerida, sustentando formas de co-produção entre seres humanos e natureza viva;
- A autonomia é central, expressando-se na busca por afastamento estratégico dos mercados de insumos e dependências externas;

- As relações de trabalho e solidariedade baseiam-se em práticas de reciprocidade, ajuda mútua, mutirões e redes de cooperação local;
- A pluriatividade (atividades agrícolas e não agrícolas) é um mecanismo de diversificação e defesa frente às vulnerabilidades econômicas;
- A racionalidade ecológica (Toledo, 1993; Sevilla Guzmán, 2011) orienta o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos saberes tradicionais.

Assim, a agricultura familiar camponesa constitui uma forma de resistência ativa à lógica de mercantilização total imposta pela modernização agrícola. Ela representa um modo de fazer agricultura que permanece e se atualiza, buscando equilíbrio entre economia, ecologia e cultura, e produzindo formas concretas de reprodução social e territorial baseadas na autonomia, diversidade e sustentabilidade.

Essa forma de agricultura não é um resquício histórico, mas um componente estrutural e dinâmico do campo brasileiro, cuja racionalidade e práticas são essenciais para a construção de estratégias de reprodução socioeconômica sustentáveis.

A persistência camponesa: evidências empíricas de Araponga

A partir do que foi visto até aqui, pretende-se agora discutir as expressões empíricas da condição camponesa de Araponga aludida. Impõe-se nesse quesito um desafio teórico e metodológico, pois condição camponesa não é um elemento que se possa colocar em algum questionário fechado. Por outro lado, esta condição se manifesta nas formas de uso, propriedade e posse da terra, e a análise mais ampla dessas expressões à escala do município é fundamental para o exame da questão agrária.

Araponga foi emancipado em 1962. Possui uma área de 305,2 km² e está situada no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), ou Serra dos Puris⁴. Segundo o último Censo de 2022, a população do município é composta por 8.048 habitantes, sendo 37% na área urbana e 63% na área rural. Esta predominância da população nas áreas rurais destoa da realidade de Minas Gerais, onde 88,2% encontram-se na área urbana e apenas 11,8% na área rural.

Em relação à composição populacional, 63,36% se consideram pardos; 26,53% brancos; 9,6% pretos; 0,41% indígenas e 0,10% amarelos, ainda segundo o Censo de 2022. Apesar de não se declararem como indígena no quesito cor, 172 pessoas se declararam indígena no município no Censo de 2022⁵, enquanto em 2010 ninguém se declarou indígena. Este aumento resulta do processo de etnogênese Puri¹ em curso no município (Ferrari, 2024).

O município é fortemente rural não somente em relação ao domicílio da população, visto que a agropecuária responde por 44,88% do valor adicionado bruto do município de Araponga (IBGE, 2021). Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), o município teve 5mil hectares de área plantada em 2023, entre lavoura permanente e temporária. Destas, 4000 hectares eram lavoura de café, ou seja, 80%.

Esta predominância rural tem outro traço distintivo, por ser a agricultura majoritariamente composta de pequenas propriedades rurais, conforme se pode ver no Tabela 01.

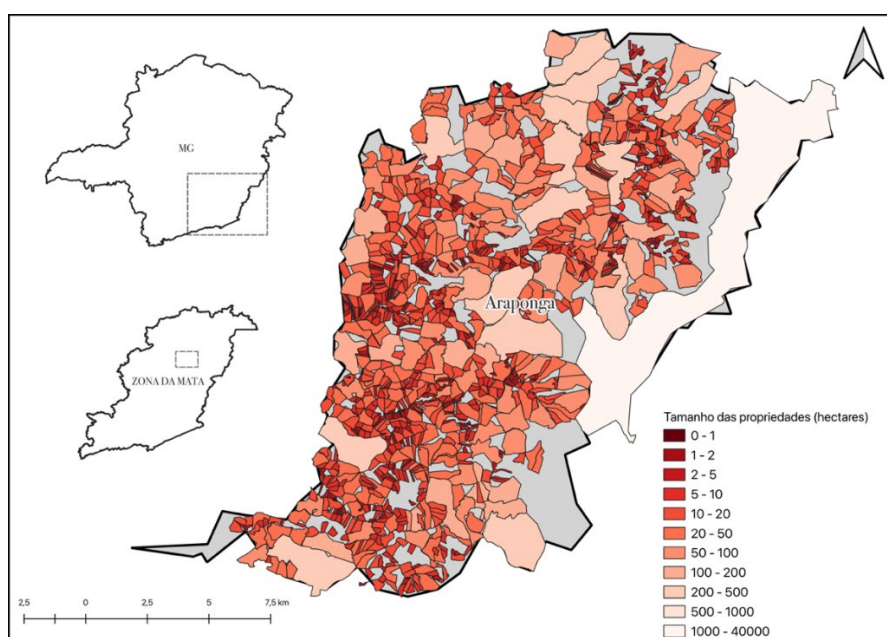
Tabela 1: Araponga – número e área dos estabelecimentos agropecuários⁶

	Área			
	Agricultura familiar		não familiar	
	hectares	% do total	hectares	% do total
2006	10644	59,96%	7108	40,04%
2017	8666	58,65%	6110	41,35%
	Número de estabelecimentos			
	Agricultura familiar		não familiar	
	unidades	% do total	unidades	% do total
2006	1306	92,49%	106	7,51%
2017	1281	89,08%	157	10,92%

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017. Organizado pelos autores

No Brasil, em geral, a agricultura familiar costuma ter destaque no número de propriedades, mas ser minoria na área ocupada. Em Araponga isto não se dá. A agricultura familiar predomina tanto em área quanto em número de estabelecimentos. O mapa (Figura 1) representa a distribuição espacial atual das propriedades rurais no município de Araponga (MG), classificadas segundo faixas de tamanho em hectares. Observa-se a predominância de pequenas propriedades, com destaque para aquelas inferiores a 20 hectares, que se concentram em praticamente todo o território municipal. A presença de propriedades médias e grandes é pontual e tende a se localizar nas porções periféricas do município, indicando menor expressão territorial em relação às pequenas unidades.

Figura 1: Estrutura fundiária e localização de Araponga (2025)



Fonte: IBGE, Siscar. Elaborado pelos autores.

De fato, o município tem uma estrutura agrária menos concentrada se comparada com Minas Gerais e o Brasil como um todo (Tabela 2), fato revelado pelo índice de gini de concentração de terras⁷, a partir dos dados dos Censos Agropecuários. Araponga expressa certa estabilidade nesse caráter desconcentrado da terra com o passar das décadas.

Tabela 2: Índice de Gini de concentração de terras em Araponga, Minas Gerais e Brasil (1985, 1996, 2006, 2017)

	1985	1996	2006	2017
Araponga	0,73	0,67	0,74	0,72
Minas Gerais	0,77	0,77	0,80	0,80
Brasil	0,86	0,86	0,87	0,87

Fonte: Censo Agropecuário. Organizado pelos autores.

Para analisar melhor a estrutura fundiária, é necessário observar a distribuição das propriedades por classes de área e a relação do produtor com a terra, conforme apresentado nas Tabelas 3 e 4⁸. Os dados fundiários mostram a predominância de produtores que são também proprietários dos estabelecimentos, em detrimento de outras formas de relação. No entanto, ao longo do tempo, a relação de parceria começa a ganhar relevância em termos de número de propriedades, mas perde importância em relação à área ocupada.

Em relação à estrutura fundiária há uma destacada persistência da estrutura estabelecida, confirmando o que o Índice de Gini revelou. As propriedades concentram-se, tanto em área quanto em número, nas faixas entre 2 e 50 hectares. Considerando a Lei nº 8.629/1993, que define como pequena propriedade os estabelecimentos de até 4 módulos fiscais — equivalentes a 112 hectares em Araponga, já que cada módulo fiscal possui 28 hectares —, constata-se que a maior parte da terra está ocupada por pequenas propriedades, tanto em número quanto em área.

Vale ressaltar que no ano de 2025 o estabelecimento que aparece com mais de mil hectares é a parte do PESB que está sediada em Araponga, e que não aparece nos anos anteriores por não ser reconhecido como estabelecimento rural no Censo Agropecuário.

Tabela 3: Araponga - Área dos estabelecimentos por grupos de área (hectares) e condição legal das terras- percentagem do total, 1995, 2006, 2017

		Menos de 1	1 à 2	2 à 5	5 à 10	10 à 20	20 à 50	50 à 100	100 à 200	200 à 500	500 à 1000	Total	Censo
1995	Proprietário	0,05%	0,19%	1,65%	3,58%	7,65%	19,94%	14,06%	16,46%	14,69%	7,66%	85,93%	
	Arrendatário		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,10%	0,00%	0,94%	0,00%	0,00%	1,04%	
	Parceiro			0,05%	0,24%	0,57%	3,23%	0,80%	2,22%	2,37%	2,99%	12,47%	
	Ocupante			0,06%	0,04%	0,23%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,55%	
	total	0,05%	0,19%	1,76%	3,86%	8,45%	23,49%	14,86%	19,62%	17,06%	10,65%	99,99%	
2006	Proprietário	0,11%	0,73%	4,72%	7,56%	11,33%	21,64%	11,41%	10,77%	14,17%	x	82,44%	
	Arrendatário	0,13%	0,52%	0,29%	X	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,94%	
	Parceiro	0,03%	0,54%	1,88%	1,32%	0,53%	0,44%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,74%	
	Ocupante	0,03%	0,12%	0,19%	0,21%	0,40%	x	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,95%	
	total	0,30%	1,91%	7,08%	9,09%	12,26%	22,08%	11,41%	10,77%	14,17%	0,00%	89,07%	
2017	Proprietário	0,09%	0,81%	5,46%	9,55%	12,68%	13,30%	x	x	x	x	41,89%	Censo
	Arrendatário	0,00%	0,00%	X	X	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
	Parceiro	0,18%	1,67%	3,72%	1,40%	x	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,97%	
	Ocupante	x	X	X	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
	total	0,27%	2,48%	9,18%	10,95%	12,68%	13,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	48,86%	
2025	Total	0,08%	0,40%	3,89%	7,89%	12,93%	21,54%	14,17%	10,85%	15,24%	13,03%	100%	

Fonte: agropecuário/IBGE, 1995, 2006 e 2017; Sicar, 2025.

Tabela 4: Araponga - Número de estabelecimentos por grupos de área (hectares) e condição legal das terras- percentagem do total, 1995, 2006, 2017

		Menos de 1	1 à 2	2 à 5	5 à 10	10 à 20	20 à 50	50 à 100	100 à 200	200 à 500	500 à 1000	Total
1995	Proprietário	3,00%	4,26%	16,40%	16,25%	17,82%	21,61%	6,78%	4,10%	1,74%	0,32%	92,28%
	Arrendatário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,16%	0,00%	0,16%	0,00%	0,00%	0,32%
	Parceiro	0,00%	0,00%	0,32%	0,63%	1,10%	2,68%	0,32%	0,47%	0,16%	0,16%	5,84%
	Ocupante	0,00%	0,00%	0,47%	0,16%	0,63%	0,32%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,58%
	Total	3,00%	4,26%	17,19%	17,04%	19,55%	24,77%	7,10%	4,73%	1,90%	0,48%	100,02%
2006	Proprietário	3,12%	7,72%	19,26%	13,67%	10,27%	8,57%	2,05%	0,99%	0,57%	0,07%	66,29%
	Arrendatário	2,55%	5,52%	1,91%	0,07%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,05%
	Parceiro	0,92%	6,23%	8,79%	2,76%	0,57%	0,21%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	19,48%
	Ocupante	0,71%	1,27%	1,06%	0,42%	0,42%	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,02%
	Total	7,30%	20,74%	31,02%	16,92%	11,26%	8,92%	2,05%	0,99%	0,57%	0,07%	99,84%
2017	Proprietário	2,09%	6,88%	20,03%	14,67%	9,87%	4,73%	1,95%	0,97%	0,49%	0,07%	61,75%
	Arrendatário	0,00%	0,00%	0,00%	0,07%	0,00%	0,14%	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,35%
	Parceiro	3,41%	14,46%	18,36%	3,48%	0,90%	0,28%	0,00%	0,07%	0,07%	0,00%	41,03%
	Ocupante	0,14%	0,00%	0,07%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,21%
	Total	5,63%	21,35%	38,46%	18,22%	10,78%	5,15%	2,09%	1,04%	0,56%	0,07%	103,34%
2025	Total	3,04%	5,71%	24,73%	24,20%	19,86%	15,22%	4,34%	1,75%	1,07%	0,08%	100%

Fonte: Censo agropecuário/IBGE, 1995, 2006 e 2017; Sicar, 2025.

A condição camponesa não se identifica somente na estrutura das propriedades, mas também nas relações de trabalho na mesma. A tabela 5 ilustra aspectos importantes nesse sentido. Em um município de 8.048 habitantes, 4.329 (mais de 50%) estão empregados em estabelecimentos agropecuários, sendo que 3.482 (43% do total) estão ocupados em estabelecimentos da agricultura familiar. Ou seja, 80 % das pessoas empregadas em estabelecimentos agropecuários estão em estabelecimentos da agricultura familiar.

Tabela 5: Araponga (MG), pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuário, total e com laço de parentesco (2022)

Condição do produtor em relação às terras	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários			Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor		
	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim	Total	Agricultura familiar – não	Agricultura familiar – sim
Total	4329	847	3482	3059	309	2750
Proprietário(a)	3025	703	2322	2054	208	1846
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	X	-	X	X	-	X
Arrendatário(a)	X	X	X	X	X	X
Parceiro(a)	1197	126	1071	924	83	841
Comodatário(a)	86	X	X	70	X	X
Ocupante	X	X	-	X	X	-
Produtor sem área	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário. Organizado pelos autores.

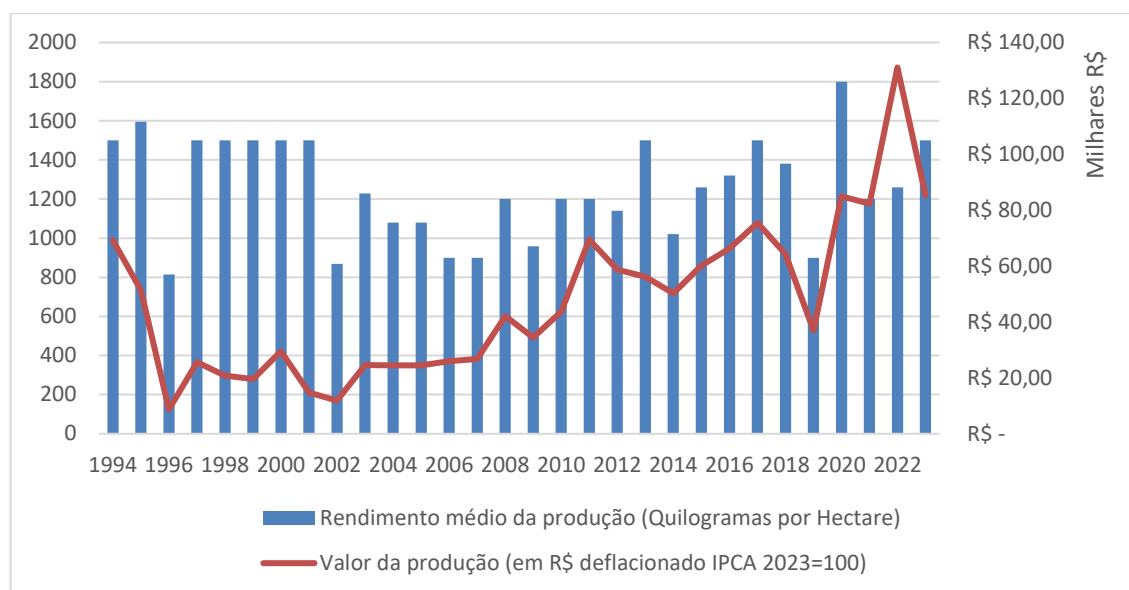
Outro dado que chama na tabela 5 é o fato de que 3.059 pessoas (70%) do pessoal empregado tem vínculo de parentesco com o produtor. A organização do trabalho em unidades familiares é um atributo da condição camponesa e um elemento vital para a reprodução social como um todo (Wanderley, 2009). Neste quesito, é válido recuperar a afirmação de Bartra (2011, p.17) para quem:

Já apontamos que o processo produtivo camponês tem como objetivo imanente sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e consumo de tal maneira que, mesmo que produza exclusivamente para a venda e adquira no mercado os produtos de seu consumo, seu objetivo continuará sendo valor de uso. O valor de troca surge, assim, como condição de possibilidade de intercâmbio de valores de uso que, desde uma perspectiva imanente do camponês, constitui o começo, o fim e o objetivo de tal circulação.

A finalidade do trabalho camponês é produzir valor de uso, ou seja, aquilo que é necessário para sua reprodução social. Ainda que dedique a maior parte de seu tempo de trabalho e da área cultivada para produzir uma mercadoria para a troca; isto só se faz para que assim se obtenha os meios necessários para que a unidade familiar camponesa continue existindo. O camponês não prevê lucro, não submete os objetivos de seu trabalho à reprodução do capital, e isto interfere na forma com a qual o trabalho é organizado.

Em sendo o objetivo final a reprodução social, e não a do capital, a agricultura familiar camponesa em Araponga mantém uma base produtiva mais intensa em mão de obra, abrangendo toda a família, e menos intensa em capital. Desta forma, assim como a estrutura fundiária é estável e as relações de trabalho são pessoalizadas na base familiar, igualmente a produtividade da terra mantém-se constantes, a despeito das flutuações de preços típicas do mercado de commodities, conforme se pode perceber no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Araponga (MG) - Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare) e Valor total da produção (em R\$ deflacionado IPCA 2023=100)[1994-2023]



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM)/IBGE. Organizado pelos autores.

Em suma, os dados apresentados indicam uma estabilidade da agricultura familiar camponesa em Araponga a partir de uma base produtiva familiar, de estrutura fundiária persistente e menos sensível às flutuações de preço e demanda dos mercados nacionais e internacionais.

A agricultura familiar camponesa persiste em função de suas características históricas que também conformam a questão agrária no município. Araponga apresenta dinâmicas sociais já identificadas em estudos, as quais revelam formas organizativas baseadas em suas relações comunitárias, responsáveis pela criação de sindicatos, escolas, cooperativas e associações.

Araponga e a formação socioespacial na Zona da Mata mineira

O município de Araponga está localizado na parte central da mesorregião da Zona da Mata, em Minas Gerais (ver figura 1, acima). Esta é uma região em que a cafeicultura constitui a principal atividade econômica, desenvolvida desde 1830. O contexto de expansão dessa atividade na Zona da Mata mineira está inserido no processo de internacionalização da economia brasileira, em que o café se consolidou como mercadoria de exportação, caracterizada por baixo nível de industrialização e produção em grande escala. Aspectos conjunturais, como a possibilidade de elevada produtividade, os movimentos migratórios que

favoreceram a ocupação de novas áreas de cultivo e as políticas econômicas de incentivo à atividade, contribuíram para seu desenvolvimento na região (Vittoretto, 2010).

As características ambientais da região, tais como clima e solo, associadas ao uso de técnicas de cultivo facilitaram a expansão da atividade. Essa inserção, entretanto, gerou impactos ambientais, uma vez que “(...) as terras desmatadas, cultivadas e exauridas pelo café, não mais produzem, qualquer que seja a altitude em que elas se encontrem” (Valverde, 1958, p. 17).

Ao que se refere às relações sociais que se desenvolvem no âmbito da pequena produção, havia o predomínio de grandes propriedades, com grandes extensões de terra. Entretanto, também se desenvolviam diferentes estratégias pelos pequenos produtores, que mesmo inseridos no mercado internacional, diversificavam sua produção com outros cultivos, no sentido de garantia de sua reprodução social. Entre os anos de 1818 e 1868, a Zona da Mata era responsável por 99,7% da produção de café em Minas Gerais (Vittoretto, 2010).

Esse fato histórico é importante na medida em que no contexto brasileiro, apesar da hegemonia da agricultura industrial, permanecem formas de produção baseadas na agricultura camponesa. No caso específico de Araponga–MG, Campos (2014) destaca diferentes estratégias de reprodução social dos camponeses, tais como a forma como se relacionam com a terra, as diferentes relações de trabalho (parceria, troca de dia, mutirão); as relações com o mercado; a rede de relações pessoais (de parentesco, vizinhança) em que estão inseridos, bem como as redes institucionais (movimento sindical, movimento agroecológico) (Campos, 2014).

O desenvolvimento da atividade cafeeira vai conformando o sistema agrário na zona da mata. Aos poucos vão se constituindo criação de animais, vão se formando as pastagens, de modo que a consolidação da pecuária se dá em 1920. Do mesmo modo, também vão se desenvolvendo processos de urbanização, impulsionados pela criação de ferrovias, rodovias, criação de um mercado financeiro e atividades fabris (Vittoretto, 2010).

A cafeicultura permaneceu como principal atividade na zona da mata e na década de 1960 se torna foco do processo de modernização da agricultura, materializada no Plano de Erradicação dos Cafezais (1962-1967) e o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (1960-1965) (Campos, 2014). Em função das orientações da equipe técnica do Instituto Brasileiro de Café (IBC), se deu a erradicação de plantas de baixo rendimento e, por meio de financiamentos e subsídios estatais, a renovação dos cafezais com o uso de ‘pacotes tecnológicos’, assistência técnica, crédito para compra de insumos e agrotóxicos (Ferrari, 2010).

Em 1976, é criado o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da zona da mata – PDRI. Associado as políticas agrícolas anteriores, o PDRI “(...) privilegiou as soluções técnicas e modernizantes, reduzindo as relações econômicas e sociais que teriam seus problemas resolvidos como resultados da adoção de novas tecnologias” (Campos, 2014, p. 37).

Nesse contexto de modernização da agricultura e desenvolvimento de técnicas modernas (pacotes tecnológicos), usados na produção de café, que 10 anos mais tarde surgiria o movimento sindical dos trabalhadores rurais, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM que, em interação

com a Universidade Federal de Viçosa, iniciaria a discussão de tecnologias alternativas na agricultura na região.

Esse “camponês” da zona da mata mineira tem uma formação social diversa. Ferrari (2010) descreve as características dos agricultores familiares da região e demonstra como a formação social dessa agricultura está relacionada à migrantes advindos das regiões de mineração de outras regiões do estado, e advindos de outros países para trabalharem nas lavouras de café (Ferrari, 2010).

O sitiante, que ocupava espaços entre as fazendas de café produzindo alimentos e criando animais, também compõe a agricultura familiar camponesa da zona da mata. O desmembramento das grandes fazendas em propriedades menores provocou o surgimento de um tipo de agricultor familiar, outrora chamado de ‘pequeno produtor’. Associados a essas diferentes manifestações da agricultura familiar camponesa já descritas, temos os descendentes das populações originárias dos indígenas Puris e Cataguás. De acordo com Ferrari (2010, p.34), “embora a população indígena da zona da mata tenha sido dizimada, o município de Araponga é uma das áreas isoladas em que os agricultores têm suas raízes na herança dos índios Puri, influenciando ainda hoje seus modos de vida”.

Essa diversidade envolve a agricultura camponesa na sua relação com o mercado, nas formas de relações de trabalho estabelecidas nas unidades de produção, o tipo de interação com a natureza, bem como nas práticas adotadas em agroecologia. Uma segunda observação é sobre a interseção de diferentes práticas desenvolvidas, ou mediações presentes nas distintas tipologias analisadas pelos autores, tendo as mediações com o mercado uma determinante importante. Complementando essa tipologia, também consideramos relações de parentesco, vizinhança e confiança como relações importantes para caracterizar a agricultura camponesa de Araponga (Campos, 2014).

Essa diversidade de povos imersos na atividade cafeeira nos desvenda as mediações da agricultura camponesa com o mercado capitalista e os impactos gerados no território por essa atividade econômica. Por exemplo, as ‘oscilações’ de preço podem provocar variação no tamanho da área plantada com café. Quando o preço da saca está em baixa, tem-se uma ampliação dos cultivos de alimentos e uma diversificação produtiva. No caso de aumento do preço da saca, tem-se uma ampliação das lavouras de café, reduzindo as áreas cultivadas com alimentos (Comerford, 2003). Essas relações e estratégias, são fundamentais para compreendermos a dinâmica econômica da agricultura camponesa, sua relação de autonomia relativa (Ploeg, 2008) em relação aos mercados.

A segunda se refere a cultura, ao modo de vida que mobiliza um repertório de conhecimento específico na relação com a natureza. É no conjunto das relações sociais, nas conversas e sociabilidades dos camponeses, que a decisão sobre o uso ou não de uma técnica agrícola é discutida. Nessas relações também se expressam as relações de gênero, sendo atribuída as mulheres, geralmente, o cuidado da casa e dos quintais, e seu envolvimento na cafeicultura durante o plantio e a colheita (Cintrão, 1996).

Considerações finais

As condições sócio-históricas e culturais da agricultura familiar camponesa em Araponga, marcadas pela busca de autonomia, pela centralidade do trabalho familiar e pela reprodução social baseada em valores de uso, reciprocidade e cooperação, são variáveis explicativas da sua permanência e se constitui uma forma de resistência ativa à lógica de mercantilização total imposta pela modernização agrícola.

Os dados empíricos demonstram que a agricultura familiar predomina tanto em área quanto em número de estabelecimentos. De fato, o município tem uma estrutura agrária menos concentrada se comparada com Minas Gerais e o Brasil como um todo. Isso reflete uma agricultura em que 80% das pessoas empregadas em estabelecimentos agropecuários estão em estabelecimentos da agricultura familiar.

Essas condições e relações sociais existentes permitem que essa agricultura ainda se mantenha camponesa mesmo com mediações estabelecidas com mercados de *commodities* e agricultura industrial capitalista.

Referências:

- BARTRA VERGÉS, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. Tradução Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica. Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- CAMPOS, A.P.T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, zona da mata de Minas Gerais**. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.
- CINTRÃO, R. P. **ONGs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.]
- COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- FERRARI, E. Aa. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. 2010. 136p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- FERRARI, C. T. **Tlamum Ukuá: marcadores da etnicidade Puri em sistemas agroalimentares**. 2024. 239f. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024.
- IORIO, G. S.; MAGNO, L.; PASINI, I. L. P. Parque estadual da Serra do Brigadeiro: preservacionismo, participação popular e conflitos. In: CAMPOS, R. B. F.; CAPILÉ, B.; GENOVEZ, P. F. (org.). **Território e conservação: 80 anos do Parque Estadual do Rio Doce**. Governador Valadares: Univale, 2025. p.200-215.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Sobre las orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista e libertário**. AGRUCO/Plural editores/CDE/NCCR, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, E.S., MOLINA, M.G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, M. G. **Políticas públicas de desenvolvimento rural** e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz/MG. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

TOLEDO, V. **La racionalidad ecológica de la producción campesina**. In: SEVILLA GUZMÁN, E. MOLINA, M.G. *Ecología, campesinado y historia*. Madri: Las Ediciones de la Piqueta, 1993. p.153-196.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XX, n.1, jan/mar, 1958.

VITTORETTO, B.N. A conformação da Zona da Mata mineira no mercado mundial de café no século XIX, **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v.5, n.9, jul./dez. 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.21, p.42-61, 2004.

Notas

¹ Doutor em Educação (UFF). Professor do Departamento de Educação (UFV). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Luta de Classes (UFV). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2052922725043575>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7291-2373>. E-mail: marcio.gomes@ufv.br.

² Doutor em Geografia (UFRJ). Professor do Departamento de Geociências (UFJF). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/UFJF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0977036613684187>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0079-9647>. E-mail: iorio.gustavo@ufjf.br.

³ Doutor em Educação (UFF). Professor do Departamento de Educação (UFV). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9765295123830426>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8590-5305>. E-mail: eugenio.ferrari@ufv.br.

⁴ Tramita atualmente o Projeto de Lei 1116/2023 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais que propõe a substituição de “Brigadeiro” para “Puri” no nome do Parque Estadual. Sobre o PESB ver Iorio, Magno, Pasini (2025).

⁵ Ainda não é possível saber se estas pessoas autodeclaradas indígenas vivem na zona rural ou urbana, pois os microdados do Censo ainda não estão disponíveis no momento em que escrevemos este texto (outubro de 2025).

⁶ A tabela não apresenta os dados de agricultura familiar e não familiar para o Censo de 1995 porque estas categorias só foram incorporadas a partir da Lei nº 11.326/2006 (Política Nacional da Agricultura Familiar).

⁷ O Índice de Gini calcula a desigualdade de um universo de dados, sendo que total igualdade é igual a 1 e total desigualdade é igual a 0.

⁸ Notas metodológicas das Tabelas 3 e 4: Onde aparece o símbolo “x”, indica-se que o número não pode ser divulgado, a fim de evitar a identificação de pessoas ou estabelecimentos. Verifica-se uma inconsistência nos dados de área dos estabelecimentos referentes ao Censo Agropecuário de 2017, uma vez que a soma registrada não atinge 50% do total da área. Tal problema decorre da base de dados consultada. Nos Censos de 2006 e 2017 constam outras categorias que não foram incluídas nas tabelas apresentadas, a saber: “Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva” e “Em regime de comodato”, por apresentarem números inexpressivos. Para o ano de 2025, utilizou-se a base de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), considerando a distância temporal em relação ao último Censo Agropecuário, de 2017. Contudo, o CAR não permite distinguir as relações jurídicas com a terra (proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante). Além disso, por se tratar de um registro autodeclaratório, o CAR pode ser utilizado como instrumento de manipulação das informações fundiárias.

Recebido em: 17 de out. 2025

Aprovado em: 8 de dez. 2025